

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DOS CARGOS, REQUISITOS, JORNADA DE TRABALHO,
VENCIMENTOS E NÚMERO DE VAGAS

CARGO / REGIONAL	REQUISITOS	JORNADA DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO (RS) ⁽¹⁾	VAGA ⁽²⁾				
				TOTAL		RESERVADAS A DEFICIENTES		
				MAS	FEM	MAS	FEM	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente de Segurança Prisional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metropolitana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certificado de conclusão de Curso Superior em qualquer área 	40 horas	R\$ 2.000,00	86	9	4	1
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Norte 				24	5	2	0
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sudeste 				47	5	3	0
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sudoeste 				47	13	2	1
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Noroeste 				19	8	1	0
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nordeste 				24	8	2	0
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro-Oeste 				20	7	1	0
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entorno de Brasília 				47	11	2	1

NOTAS:

(1) Da remuneração, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) corresponde ao salário base e R\$ 500,00 (quinhentos reais) referente a risco de vida até a regulamentação do artigo 7º, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual nº. 15.674/2006.

(2) Das vagas destinadas a cada cargo, 5% serão reservadas às pessoas portadoras de deficiência, amparadas pela Constituição Federal, Artigo 37, Inciso VIII e nos limites definidos na Lei Estadual nº. 14.715/2004.

ANEXO II
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES

Agente de Segurança Prisional

Zelar pela disciplina e segurança dos presos, evitando fugas e conflitos; Fiscalizar o comportamento da população carcerária, observando os regulamentos e normas em vigor; Providenciar a necessária assistência aos presos, em casos de emergências; Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos nas Unidades Prisionais; Verificar as condições de segurança da Unidade em que trabalha; Elaborar relatório das condições da Unidade; Fazer triagem de presos de acordo com a Lei de Execução Penal; Conduzir e acompanhar, em custódia, os presos entre as Unidades Prisionais Integradas do Complexo Penitenciário do Estado de Goiás e, em casos emergenciais, aos deslocamentos para fora do referido Complexo Penitenciário, com o auxílio da Polícia Militar, para melhor segurança do trabalho; Realizar trabalhos em grupo e individuais com o objetivo de instruir os presidiários, neles inculcando hábitos de higiene e boas maneiras; Encaminhar solicitações de assistência médica, jurídica, social e material ao preso; Executar outras atividades correlatas.

**ANEXO III
DEMONSTRATIVO DAS MODALIDADES DE PROVA, NÚMERO DE QUESTÕES E TOTAL DE PONTOS**

PROVA DE CONHECIMENTOS				
TIPO	DISCIPLINA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	PONTOS
Múltipla Escolha	Conhecimentos Gerais (valendo 1,0 ponto cada questão)	Língua Portuguesa Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Brasil. Relações Interpessoais	20	20
	Conhecimentos Específicos (valendo 1,5 ponto cada questão)	Direito Constitucional Lei de Execução Penal Direito Administrativo Direito Penal Direito Processual Penal Vigilância, segurança e custódia	40	60
Discursiva	Dissertação		----	20
TOTAL DE POTOS DA PROVA DE CONHECIMENTOS				100
AVALIAÇÃO DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL				----
AVALIAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (apenas para os candidatos que se declararam portadores de deficiência)				----
PROVAS DE CAPACITAÇÃO FÍSICA E PSICOLÓGICA				
Avaliação Médica				----
Exame Psicotécnico				----
Avaliação de Aptidão Física				----
CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL				
Prova de Conhecimentos , tipo Múltipla Escolha, com 50 questões, valendo 2,0 pontos cada, contemplando o conteúdo efetivamente ministrado no curso				100

ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

PROVA DE CONHECIMENTOS

PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1. LEITURA – Capacidade de compreensão e interpretação; 2. PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS; 2.1. Relações lógicas no texto: a coerência; 2.1.1. Hierarquia das idéias: idéia central e idéias periféricas; 2.1.2. O ponto de vista: a argumentação; 2.1.3. Tipos de discurso; 2.1.4. Intertextualidade; 2.1.5. Gêneros textuais (editorial, conto, crônica, carta de leitor, entre outros); 2.1.6. Vocabulário: sinonímia, antonímia, hiperonímia e hiponímia; 2.1.7. Linguagens: denotativa e conotativa; 2.1.8. Funções e usos da linguagem; 2.2. Relações formais no texto: a coesão; 2.2.1. Recursos lingüísticos: o parágrafo, a pontuação, as conjunções, os pronomes; 2.2.2. Relações entre elementos que constituem a coesão; 2.2.3. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos; 3. CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS: 3.1. Morfossintaxe: relações e funções sintáticas; 3.2. Variedade lingüística.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil (Lei n. 14.911, de 11 de agosto de 2004)

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infra-estrutura e planejamento; 2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano; 3. População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica; 4. Economia goiana: industrialização e infra-estrutura de transportes e comunicação; 5. As regiões goianas e as desigualdades regionais; 6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo; 7. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais; 8. Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular; 9. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

Relações Interpessoais

1. Relações Interpessoais; 2. Comunicação Interpessoal; 3. Característica de um bom atendimento; 4. Postura Profissional; 5. Integração; 6. Empatia; 7. Capacidade de ouvir; 8. Argumentação Flexível; 9. O papel do atendimento nas organizações; 10. O público/cidadão; 11. Deveres e responsabilidades; 12. Características, maneiras e apresentação pessoal; 13. Atendimento telefônico; 14. Habilidade de transmissão e recepção da informação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

1. Princípios Fundamentais. 2. Direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; tutela constitucional das liberdades; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; 3. Organização do Estado Brasileiro: União, Estados federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios; organização político-administrativa; repartição de competências e intervenção. 4. Da Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; 5. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; 6. Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e estado de sítio; forças armadas; segurança pública; organização

da segurança pública. 7. Ordem social: seguridade social; educação, cultura e desporto; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso. 8. Constituição do Estado de Goiás.

Lei de Execução Penal

Lei de Execução Penal – LEP, Lei nº 7.210, de 11/07/1984.

Direito Administrativo

1. A atividade administrativa: conceito de administração; natureza e fins da administração; princípios básicos da administração. 2. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso de poder. 3. Atos Administrativos: conceito; elementos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação e revogação. 4. Servidores públicos: organização do serviço público; normas constitucionais pertinentes; deveres e direitos dos servidores; responsabilidade dos servidores; Lei Estadual nº 10.460/88. 5. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade civil da Administração no Direito Brasileiro; reparação do dano; ação regressiva; responsabilidade por atos ilícitos. 6. Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992).

Direito Penal

1. Infração penal: elementos, espécies; 2. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal; 3. Tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade; 4. Imputabilidade penal; 5. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade; 6. Concurso de pessoas; 7. Crimes contra a pessoa; 8. Crimes contra o patrimônio; 9. Crimes contra os costumes; 10. Dos crimes contra a família; 11. Crimes contra a fé pública; 12. Crimes contra a administração pública; 13. O direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (Lei n. 4.898, de 9 de dezembro de 1965); 14. Crimes hediondos (Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990); 15. Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006); 16. Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003); 17. Definição dos crimes de tortura (Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997); 18. Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992; 19. Contravenções penais (Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Direito Processual Penal

1. Notitia criminis e o inquérito policial: conceito; natureza jurídica; características; instauração; atribuição; inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público; termo circunstanciado de ocorrência e Juizado Especial Criminal. 2. Da prisão cautelar: prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária (Lei n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989). 3. Habeas corpus. 4. Questões e processos incidentes: incompatibilidade e impedimento; restituição de coisas apreendidas; medidas assecuratórias; incidente de falsidade; incidente de sanidade mental. 5. Da prova: considerações gerais; exame de corpo de delito e perícias em geral. 6. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. 7. Lei n. 8.653, de 10 de maio de 1993 – Dispõe sobre o transporte de presos. 8. Lei n. 9.034, de 3 de maio de 1995 – Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. 9. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 10. Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. 11. Lei n. 10.054, de 7 de dezembro de 2000 – Dispõe sobre identificação criminal.

Vigilância, Segurança e Custódia

Conhecimentos Básicos de Vigilância, Segurança e Custódia.

PROVA DISCURSIVA

Será uma dissertação com tema relacionado à atualidade e ao conteúdo programático da Prova de Múltipla Escolha.

ANEXO V
REQUERIMENTO PARA ATENDIMENTO DIFERENCIADO

REQUERIMENTO

À Coordenação de Concurso Público,

_____,
candidato(a) inscrito(a) no Concurso Público para provimento de vagas no cargo de
Agente de Segurança Prisional da Secretaria de Segurança Pública do Estado de
Goiás – SSP, Inscrição n.º _____, residente no(a) _____

_____, n.º _____, bairro _____,
cidade _____, fones (____) _____,

requer disponibilização de atendimento diferenciado para fazer as provas do referido
Concurso Público conforme laudo ou atestado médico em anexo.

Atendimento diferenciado requerido: _____

_____.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Candidato(a)

RG: _____

CPF: _____

Nº Fls.: _____

ANEXO VI

MODELO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Código (para uso da FSADU):

CAPA DE RECURSO

SOLICITAÇÃO

À Comissão Organizadora.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Número de Inscrição: _____

Inscrito para o cargo de _____, no Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Agente de Segurança Prisional da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, solicito, conforme especificações inclusas (assinalar e preencher, conforme o caso):

revisão do indeferimento de inscrição

revisão do Gabarito Oficial e/ou formulação de questões da Prova de Múltipla Escolha

revisão da análise da Prova Discursiva

resultado da Avaliação da Equipe Multiprofissional (exclusiva para os candidatos que se declararem portadores de deficiência)

resultado da Avaliação Médica

resultado do Exame Psicotécnico

resultado da Avaliação de Aptidão Física

o Gabarito Oficial e/ou formulação de questões da Prova de Conhecimentos do Curso de Formação Profissional

revisão da classificação no Concurso Público, indicada no Resultado Final.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- Datilografar ou digitar o recurso e entregá-lo de acordo com as especificações estabelecidas neste Edital.
- Usar formulário de recurso individual para cada questão ou alegação e apenas uma capa.
- Identificar-se apenas nesta capa.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.

Código (para uso da FSADU):

FORMULÁRIO DE RECURSO

ALEGAÇÃO / JUSTIFICATIVA